



ASSOCIAÇÃO SOCIAL UNIVIDA TAUÁ  
HOSPITAL E MATERNIDADE SANTO ANTONIO  
DIREÇÃO

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **J L SOUZA DO MAR INFORMATICA** inscrita no CNPJ sob o nº **14.796.420/0001-30**, estabelecida na Rua do Acre, nº 325, Bairro Aguas Lindas, Ananindeua-PA, Vem executando à ASSOCIAÇÃO SOCIAL UNIVIDA TAUÁ, CNPJ nº **18.490.528/0001-51**, com o SERVIÇO TÉCNICO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ANÁLISE EM PROCESSOS ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO.

Registramos, ainda, que a prestação de serviços acima referidos apresentaram boa satisfação até o presente momento, tendo a empresa cumprida fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica seus serviços, até a presente data.

Santo Antônio do Tauá, 06 de janeiro de 2020

---

Ibran dos Santos Novaes  
CPF: 301.763.102-82  
Diretor



*R. Rodrigues Filho Eireli*

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **J L SOUZA DO MAR INFORMATICA** inscrita no CNPJ sob o nº **14.796.420/0001-30**, estabelecida na Rua do Acre, nº 325, Bairro Aguas Lindas, Ananindeua-PA, Vem executando à R. RODRIGUES FILHO EIRELI, CNPJ Nº **07.777.026/0001-90**, com o

- SERVIÇO TÉCNICO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ANÁLISE EM PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.
  
- **Licitação e Contratos**
- 1.5.1 – Coordenar a equipe;
- 1.5.2 – Receber, examinar e analisar e se manifestar acerca dos recursos interposto e consultas ao edital;
- 1.5.3 – Apresentar as documentações de Habilitação para as Licitações;
- 1.5.4 – Cadastrar no SICAF
- 1.5.5 – Participar de Todas as Modalidades de Licitações (Eletrônica/Presencial)

Ratifico, ainda, que a prestação de serviços acima referidos apresentaram boa satisfação até o momento, tendo a empresa cumprida fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica seus serviços, até a presente data.

BELÉM - PA, 06 de janeiro de 2020

Rui Rodrigues Filho  
CPF: 601.818.002-25  
R RODRIGUES FILHO EIRELI  
CNPJ: 07.777.026/0001-90

**CNPJ: 07.777.026/0001-90**  
**INSC. EST.15.250.576-8 / INSC. MUNICIPAL: 168.452-8**  
**Rua Paulo Cicero. 278- Fone: (91) 98116-0849 / Fax/Fone: (91) 3229-8313**  
**CEP: 66075-600 - Belém - Pará - e-mail: [rrodrigueseireli@gmail.com](mailto:rrodrigueseireli@gmail.com)**

## CONTRATO 005/2020

### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Pelo presente instrumento, de um lado **J L SOUZA DO MAR INFORMATICA – ME**, inscrito no CNPJ: 14.796.420/0001-30, com endereço na Rua do Acre, nº 325 – Sala A, Águas Lindas – Ananindeua/PA, CEP: 67020 – 740, representado legalmente por seu proprietário Sr. Jorge Lisboa Souza do Mar, portador do RG nº 3199872 PC/PA e CPF nº 742.440.862-34, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado **HUGO LEONARDO PONTES DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, Bacharel em Direito, inscrito(a) no CPF sob o nº 746.218742-68, portador do RG nº 4443148, residente e domiciliado à Rod. Augusto Montenegro, nº 3501, Parque Verde, Belém / PA, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si, justo e acertado o presente contrato de prestação de serviços de profissional autônomo, que se regerá pelas cláusulas e condições descritas no presente.

Cláusula 1ª. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Licitações e Contratos, passando o CONTRATADO a ser Responsável Técnico da CONTRATADA, junto à órgãos da Administração pública, bem como à pessoas jurídicas de Direito privado.

Cláusula 2ª. Este contrato possui prazo de vigência de 12 (doze) meses, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com vontade das partes.

Cláusula 3ª. Pela prestação dos serviços objeto deste contrato a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância mensal de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), que será paga todo dia 5 (cinco) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante recibo ou transferência bancária para Conta informada pelo CONTRATADO.

Cláusula 4ª. Em caso de inadimplemento da CONTRATANTE quanto ao pagamento das parcelas mencionadas na cláusula anterior, haverá incidência de multa de 5% (cinco por cento) além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária sobre o valor devido, podendo o CONTRATADO, a seu critério, considerar rescindido o presente contrato.

Cláusula 5ª. Ocorrendo comprovada má prestação de serviços por parte do CONTRATADO, poderá a CONTRATANTE considerar rescindido este contrato.

Cláusula 6ª. Na hipótese de rescisão antecipada do presente contrato por qualquer das partes, exceto nas hipóteses das cláusulas 4ª e 5ª ou de mútuo acordo, a parte que o fizer incorrerá em multa equivalente ao valor de 2 (dois) meses.

Cláusula 7ª. Fica declarada a inexistência de vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO e sua equipe.

Cláusula 8ª. As partes elegem o foro da comarca de Ananindeua - PARÁ para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, ficando excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Ananindeua - PA, 02 de janeiro de 2020.

J L SOUZA DO MAR INFORMATICA  
ME:14796420000130  
Assinado de forma digital por J L SOUZA  
DO MAR INFORMATICA  
ME:14796420000130  
Dados: 2020.01.02 10:48:15 -03'00'

**CONTRATANTE:**

J L SOUZA DO MAR INFORMATICA – ME  
CNPJ nº 14.796.420/0001-30

JORGE LISBOA  
SOUZA DO  
MAR:7424408623  
4  
Assinado de forma digital  
por JORGE LISBOA SOUZA  
DO MAR:74244086234  
Dados: 2020.01.02 10:48:45  
-03'00'

HUGO LEONARDO  
PONTES DE  
ALMEIDA:74621874268  
Assinado de forma digital por  
HUGO LEONARDO PONTES DE  
ALMEIDA:74621874268  
Dados: 2020.01.02 09:03:11 -03'00'

**CONTRATADO:**

HUGO LEONARDO PONTES DE ALMEIDA  
CPF nº 746.218.742-68



Universidade da Amazônia

**UnUnama**  
Universidade da Amazônia

*O Reitor da Universidade da Amazônia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Direito em 16 de janeiro de 2009 confere o título de Bacharel em Direito a*

*Hugo Leonardo Pontes de Almeida*

*nascido em 01 de janeiro de 1984, natural Pará, portador da Carteira de Identidade nº 4443148/ITPC-PA, Nacionalidade Brasileira e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

*Belém, 16 de janeiro de 2009*

*Nilza Maria da Gama*

*Secretaria de Assuntos Acadêmicos*

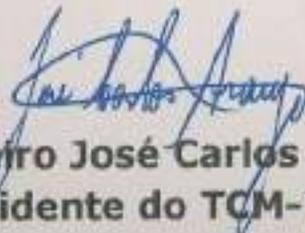
*Hugo Leonardo Pontes de Almeida*  
*Diplomado*

*Reitor*

# *Certificado*

Certificamos que **HUGO LEONARDO PONTES DE ALMEIDA** participou do “**III CICLO DE TREINAMENTO**” realizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na cidade de Mãe do Rio – PA, no período de 16 a 19 de maio de 2011.

Mãe do Rio, 19 de maio de 2011.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'José Carlos Araújo', is positioned above the printed name of the signatory.

**Conselheiro José Carlos Araújo**  
**Presidente do TCM-PA**

## Curso

### FORMAÇÃO DE PREGOEIRO

Carga horária: 24 horas

Facilitador: José Maria Campos da Gama, Chefe de Divisão - TCM

1. Formação de Pregoeiro;
2. Licitação: Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico;
  - 2.1. Normas: Princípios e Regras Básicas;
  - 2.2. Elaboração do Edital: Objeto, Tipo de Licitação, Exigências da Habilitação e Proposta;
  - 2.3. Fase Interna e Externa;
  - 2.4. Abertura;
  - 2.5. Prazos;
  - 2.6. Recursos;
  - 2.7. Extrato do Edital para Publicação;
  - 2.8. Adjudicação e Homologação.

# CERTIFICADO



*Certificamos que HUGO LEONARDO PONTES DE ALMEIDA participou do "ENCONTRO PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL DO PARÁ", realizado pela Escola de Contas Públicas Conselheiro Irawaldyr Rocha, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no período de 19/11/2018 a 20/11/2018, na cidade de BELÉM-PA, com carga horária de 16 horas.*

Belém, 20 de Novembro de 2018.

  
Conselheiro José Carlos Araújo  
Vice-presidente do TCM-PA  
Diretor Geral da Escola de Contas Públicas Conselheiro Irawaldyr Rocha

  
Conselheiro Francisco Sérgio Bellich de Souza Leão  
Presidente do TCM-PA

# CERTIFICADO



## *Conteúdo Programático:*

PALESTRA 01 - MINISTRO LUIZ FUX - OS AVANÇOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PALESTRA 02 - JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES - BOAS PRÁTICAS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: O PAÍS QUE ESTÁ DANDO CERTO

PALESTRA 03 - PGJ-PA GILBERTO VALENTE MARTINS - A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PALESTRA 04 - MINISTRO BENJAMIN ZYMLER - EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE CONTAS: A INTERCONEXÃO COM O PROCESSO JUDICIAL E CAUTELAR A PARTIR DA OPERAÇÃO LAVA-JATO

PALESTRA 05 - DESEMBARGADOR MILTON NOBRE - OS TRIBUNAIS DE CONTAS COMO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO: UMA PROPOSTA.

PALESTRA 06 - CONSELHEIRO PRESIDENTE DANIEL LAVAREDA - TERMO DE AJUSTE DE GESTÃO NA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: UM CASO DE SUCESSO

# *Certificado*

Certificamos que **JORGE LISBOA SOUZA DO MAR** participou do **"IIº CICLO DE TREINAMENTO - 2011"** realizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no município de Salinópolis-PA, no período de 25 a 28 de abril de 2011.

Belém-PA, 28 de abril de 2011.



**Conselheiro José Carlos Araújo**  
**Presidente do TCM-PA**

## Curso

### FORMAÇÃO DE PREGOEIRO

Carga horária: 24 horas

Facilitador: José Maria Campos da Gama, Chefe de Divisão - TCM

1. Formação de Pregoeiro;
2. Licitação: Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico;
  - 2.1. Normas: Princípios e Regras Básicas;
  - 2.2. Elaboração do Edital: Objeto, Tipo de Licitação, Exigências da Habilitação e Proposta;
  - 2.3. Fase Interna e Externa;
  - 2.4. Abertura;
  - 2.5. Prazos;
  - 2.6. Recursos;
  - 2.7. Extrato do Edital para Publicação;
  - 2.8. Adjudicação e Homologação.

# CERTIFICADO

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que JORGE LISBOA SOUZA DO MAR, CPF 742.440.862-34, participou com aproveitamento do CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS , ministrado na modalidade a distância, de 07/08 a 06/09/2012, com 30 horas-aula.

## Conteúdo Programático

Conceitos básicos e princípios da licitação: licitação dispensada, dispensável e inexigibilidade; modalidades de licitação; tipos e critérios; fases da licitação - interna e externa; projeto básico e projeto executivo; qualificação técnica e econômico-financeira; homologação e adjudicação. Contrato administrativo: conceitos básicos; duração dos contratos; alteração do contrato administrativo; execução do contrato administrativo.

Brasília, 24 de janeiro de 2019.



MAURICIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY  
Diretor-Geral

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

# CERTIFICADO

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que JORGE LISBOA SOUZA DO MAR, CPF 742.440.862-34, participou com aproveitamento do CURSO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA , ministrado na modalidade a distância, de 02 a 30/06/2014, com 30 horas-aula.

## Conteúdo Programático

Ciclo de Gestão; Planejamento Governamental; Tipos de Planejamento; Indicadores, metas e avaliação; Ferramentas de apoio ao planejamento (Árvore de problemas, Gráfico de Gantt, Análise Stakeholder, Mapa de Processos e Análise SWOT); Integração planejamento-orçamento; Orçamento Público; Lei Orçamentária Anual.

Brasília, 24 de janeiro de 2019.



MAURICIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY  
Diretor-Geral

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

# CURSO "FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS"

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1 – CONCEITOS SOBRE PREGÃO

- Conceito
- Bens e serviços comuns
- O pregão e as Obras e serviços de engenharia
- Principais características do pregão.
- Legislação aplicável ao pregão.
- Obrigatoriedade da utilização do pregão.
- Formas de realização do pregão
- Finalidade do Pregão.
- Pregão passo a passo

### 2 – FASE INTERNA DO PREGÃO

- Procedimentos internos
- Documentos que instruem o pregão
- Assinaturas devidas na fase interna.

### 3 – PARECER JURÍDICO

### 4 – O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO

### 5 – S ESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

- Credenciamento
- Apresentação das propostas
- Amostras no pregão
- Fase de lances
- A lei complementar 123/2006 e o pregão

- Negociação
- Habilitação
- Habilitação de Micro e pequenas empresas
- Recurso no pregão presencial
- Elaboração da ata

### 6 – PREGÃO ELETRÔNICO

- Legislação aplicável
  - Sistema de gerenciamento
  - Credenciamento
  - Senhas de acesso
  - Sessão do pregão eletrônico
- Envio das propostas  
Fase normal de lances  
Fase randômica  
Negociação  
Habilitação  
Recurso  
Homologação

Curso ministrado em 08 horas

**exceller**  
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

SINONIMO DE QUALIDADE

# Certificado

A Exceller Treinamentos e Consultoria Ltda,  
Confere o Presente Certificado a

*Jorge Lisboa Souza do Mar*

Pela participação e conclusão no Curso de “**FORMAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIRO**”, realizado no dia 27 de abril de 2018 em Belém - PA.

  
Exceller Capacitação Profissional  
Coordenação de Eventos



Paulo Sérgio de Monteiro Reis  
Professor

# Certificado

A Exceller Treinamentos e Consultoria Ltda,  
Confere o Presente Certificado a

*Jorge Lisboa Souza do Mar*

Pela participação e conclusão no Curso de “LICITAÇÕES (Incluindo RDC),  
**CONTRATAÇÃO DIRETA e SRP**”, realizado nos dias 25 e 26 de abril de 2018 em  
Belém - PA.



Exceller Capacitação Profissional  
Coordenação de Eventos



Paulo Sérgio de Monteiro Reis  
Professor

# CURSO DE "LICITAÇÕES (Incluindo RDC), CONTRATAÇÃO DIRETA e SRP"

Atualizado pela Nova IN 05/2017- SEGES MPOG Aborda Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002; Decreto nº 3.555/2000, 5.450/2005, 7.892/2013, 8538/2015 e Lei Complementar nº 123/2006.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1 - NOÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO E PROCEDIMENTOS

#### LICITAÇÃO-FASE INTERNA

- Objeto da licitação;
  - Modalidade;
  - Documentos de habilitação;
  - Forma de apresentação dos documentos de habilitação;
  - Dispensa dos documentos de habilitação;
  - Documentos de habilitação emitidos pela Internet;
  - A indicação da entidade profissional competente para o objeto licitado;
  - A limitação de tempo dos atestados;
  - As quantidades e prazos do objeto licitado;
  - A delimitação do número de atestados de capacidade técnica;
  - A definição do tipo de licitação;
  - A definição dos critérios de julgamento;
  - O estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços;
  - A forma de apresentação das propostas;
  - A exigência de amostras;
  - Os veículos e prazos de publicidade;
  - As alterações do edital;
  - A interposição de recursos e impugnações;
  - Os problemas da reutilização de editais e os editais-padrão;
  - As exigências formais;
  - Os pagamentos;
  - Os reajustes e atualizações de preços;
  - As sanções administrativas;
  - Os anexos: projetos e planilhas;
  - A minuta do contrato.
- #### LICITAÇÃO-FASE EXTERNA
- A apreciação da impugnação do edital;
  - A condução da sessão pública;
  - O recebimento e abertura dos envelopes;
  - A análise e julgamento dos documentos de habilitação;
  - Os documentos emitidos via Internet;
  - A análise de aspectos técnicos do objeto;
  - A análise e julgamento dos preços: as regras do edital e o mercado;
  - As providências diante da excessividade e da inexequibilidade de preços;
  - A análise das amostras;
  - A realização de diligências;
  - A concessão do prazo do §3º do art. 48;
  - A condução das fases recursais;
  - A convocação para a contratação;
  - A desistência dos licitantes;

- A elaboração de atas;
- Anulação e Revogação;
- Homologação e Adjuvação.

### 2 - MODALIDADES DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÕES DIRETAS E

#### RDC

- Tipos de licitação, prazos e modalidades;
- As principais hipóteses de dispensa de licitação;
- As principais hipóteses de inexigibilidade de licitação;
- O devido enquadramento das hipóteses de dispensa e inexigibilidade;
- Os documentos comprobatórios da dispensa e da inexigibilidade;
- A justificativa de preços;
- A formalização do procedimento, publicidade;
- Contratação Direta - licitação dispensável
- Inexigibilidade - inviabilidade de licitar;
- Regime Diferenciado de Contratação - RDC - Lei 12462/11 e Decreto 7581/11;
- Principais Destaques e Vantagens sobre a Lei 8666/93.

### 3 - TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO

- Termo de Referência e Projeto Básico- Conceito;
  - Responsáveis pela elaboração: A EQUIPE
  - Justificativa da contratação;
  - Especificações Técnicas, físicas, químicas, exclusivas, croquis, modelos, referências, desenhos e outros
  - Estimativa de Preços - IN 05/2014-SLTI/MPOG;
  - Apresentação de Amostras - Regras e Jurisprudências;
  - Local e Prazo de entrega e/ou execução dos serviços - Qual a Diferença?
  - Cronograma Físico-Financeiro;
  - Garantia do Produto x Garantia Contratual;
  - Obrigações da Contratada e Obrigações da Contratante;
  - Gestão e Fiscalização do Contrato;
- ### 4 - ELABORAÇÃO DE EDITAL
- Preâmbulo do edital;
  - Itens do processual (modalidade, data de abertura e retirada do edital);
  - Credenciamento;
  - Objeto;
  - Recursos Orçamentários;
  - Condições de participação;
  - Forma de apresentação e aceitação da proposta;
  - Habilitação;
  - Critério de julgamento;

- Recursos Administrativos;
- Adjuvação e Homologação;
- Condições de Pagamento;
- Condições de recebimento e aceitação do objeto;
- Sanções;
- Formalização do Contrato;
- Anexos do Edital;
- Eclarecimentos e Impugnação do edital;
- Foro e disposições finais;

### 5 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Conceito;
- Vantagens na utilização do SRP;
- A legislação Vigente;
- Como realizar o SRP;
- Quando utilizar e quando não utilizar o SRP;
- Atores envolvidos no SRP;
- O Carona;
- Conteúdo do edital de licitação para RP;
- Ata de registro de preços;
- Vigência da ata;
- Alterações na Ata;
- Contratos decorrentes do SRP;

6 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LICITAÇÕES EM FACE DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006) PROVENIENTES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL 8.538/2015.

Curso ministrado em 16 horas

**exceler**  
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

SINONIMO DE QUALIDADE





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que o Sr. Jorge Lisboa Souza do Mar, brasileiro, Auxiliar Contábil, portador do RG nº 3199872 PC/PA, inscrito no CPF sob o nº 742.440.862-34, residente e domiciliado à Rua do Acre nº 325, Águas Lindas, Ananindeua – PA, Cep: 67.020-740, prestou Serviços Técnicos com designio de auxiliar e adimplir os processos licitatórios, junto a secretaria municipal de administração da Prefeitura Municipal de Capitão Poço, no período de 04 de abril de 2015 até o presente momento.

Registramos ainda, que a prestação de serviços do objeto acima referido apresentou boa qualidade, tendo o Contratado cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone tecnicamente até o presente momento.

Capitão Poço/Pa, 04 de novembro de 2016

  
MANOEL ANTONIO DE JESUS CUNHA

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

*Manoel Ant. de Jesus Cunha*  
Sec. Mun. de Administração  
Port.: 214/2011



## **CONTRATO Nº 20120115**

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de SÃO CAETANO DE ODIVELAS, através do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, CNPJ-MF, Nº 05.351.614/0001-31, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO, PREFEITO MUNICIPAL, portador do CPF nº 174.930.722-72, residente na ESTRADA DA CACNHOEIRA KM, 02, e do outro lado JORGE LISBOA SOUZA DO MAR, CPF 742.440.862-34, com sede na Rua do Acre, nº 325, Park Ane, Águas Lindas, ANANINDEUA-PA, CEP 67020-740, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato, têm justo e contratado o seguinte:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL**

1.1 - Garantindo o Princípio Constitucional da Isonomia e a selecionar a melhor proposta para a Administração Pública o objetivo do presente certame destina-se a Contratação de serviços técnicos em informática, na função de Operador do Sistema de informática específica para as áreas de Licitações, contratos e convênios da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas/PA, por um período de 12 meses, neste município.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1 - Este contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, bem como na licitação na modalidade CONVITE, nº 040101/2012.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº 040101/2012 e neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) CONTRATANTE as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA;
- 3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) CONVITE nº 040101/2012.
- 3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;



3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 16 de Janeiro de 2012 extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2012, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;



7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE**

8.1 - O valor bruto mensal da presente avença é de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), perfazendo o valor global de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), sendo que após liquidado com os devidos descontos importará na quantia mensal de R\$ 2.426,30 (dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e trinta centavos), totalizando o montante de R\$ 29.115,60 (vinte e nove mil, cento e quinze reais e sessenta centavos), a ser pago no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

#### **CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária Exercício 2012 Atividade 1206.041220011.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Classificação econômica 3.3.90.36.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA, Subelemento 3.3.90.36.06, no valor de R\$ 36.000,00, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja



necessário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

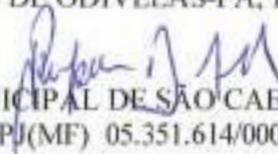
#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

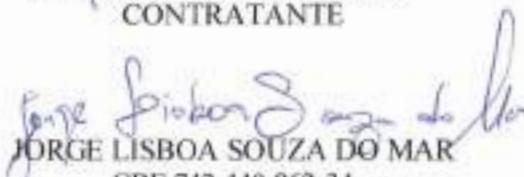
11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de SÃO CAETANO DE ODIVELAS, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 16 de Janeiro de 2012

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS  
CNPJ(MF) 05.351.614/0001-31  
CONTRATANTE

  
JORGE LISBOA SOUZA DO MAR  
CPF 742.440.862-34  
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_